

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

KATHARYNE STEPHANE LAUNÉ DE SOUSA

SERVIÇO SOCIAL E ADOECIMENTO MENTAL

São Borja

2023

KATHARYNE STEPHANE LAUNÉ DE SOUSA

SERVIÇO SOCIAL E ADOECIMENTO MENTAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. José Wesley Ferreira.

São Borja

2023

SERVIÇO SOCIAL E ADOECIMENTO MENTAL

Katharyne Stephane Launé de Sousa

Resumo: O artigo é fruto de um estudo bibliográfico de cunho qualitativo que tinha como objetivo apreender como a produção teórica do serviço social aborda as mediações da questão social com o adoecimento mental. Foram analisados doze artigos da revista *katálysis* que abordavam o adoecimento mental a partir do ano de 2016 até 2022, e os resultados do estudo geraram uma caracterização em quatro categorias analíticas, sendo os textos analisando dentro das seguintes temáticas: 1) Precarização do trabalho como desencadeador do sofrimento mental; 2) As mediações da divisão sexual do trabalho com o sofrimento mental das mulheres; 3) A mercantilização dos cuidados mediada à determinantes de classe, raça, gênero e seus impactos no adoecimento mental; 4) Apreensão das mediações de expressão da questão social com o adoecimento mental por meio de teorias pós-modernas.

Palavras-chaves: questão social; adoecimento; saúde mental.

Abstract: The article is the result of a qualitative bibliographical study that aimed to apprehend how the theoretical production of social work addresses the mediations of the social issue with mental illness. Twelve articles from the *katálysis* magazine that addressed mental illness from 2016 to 2022 were analyzed, and the results of the study generated a characterization in four analytical categories, with the texts being analyzed within the following themes: 1) Precariousness of work as a trigger of mental suffering; 2) The mediations of the sexual division of labor with the mental suffering of women; 3) The commodification of care mediated by class, race, gender determinants and their impacts on mental illness; 4) Apprehension of mediations of expression of the social issue with mental illness through postmodern theories.

Key- words: social issues; illness; mental health.

KATHARYNE STEPHANE LAUNÉ DE SOUSA

SERVIÇO SOCIAL E ADOECIMENTO MENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 30 de janeiro de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Wesley Ferreira

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva

UNIPAMPA

Profa. Dra Solange Emilene Berwig

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/01/2023, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JOSE WESLEY FERREIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/01/2023, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JOCENIR DE OLIVEIRA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/01/2023, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1038712** e o código CRC **482F2D20**.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social, a qual está vinculada com a contradição entre capital e trabalho, ou seja, é uma categoria que tem a sua particularidade definida no âmbito do modo capitalista de produção. Tendo em vista que o modelo capitalista está baseada na produção e apropriação de riqueza gerada socialmente, não permitindo o trabalhador usufruir das riquezas que por “suas mãos” são produzidas, desacelera uma tamanha desigualdade social, que é evidenciada na diferença entre trabalhadores e capitalistas, seja no acesso aos direitos sociais e políticos, nas condições de vida, etc. As consequências dessa apropriação desigual do produto do trabalho são as mais diversas mazelas sociais: o desemprego, a violência, desigualdade de raça e gênero, dentre outras expressões da questão social. E todo esse processo de desigualdade social desencadeada e/ou intensificada pelo modo de produção capitalista, também se torna uma ferramenta em potencial para processo de adoecimento mental do sujeito.

Mediante ao que foi citado, o universo deste estudo teve por objetivo desvendar como as produções teóricas do serviço social abordam as mediações das expressões da questão social com o adoecimento mental, sendo delimitado durante a amostragem doze artigos da revista *Katálysis* que foram produzidos entre os anos de 2016 a 2022. Após a leitura dos artigos foram elencadas as seguintes categorias: 1) Precarização do trabalho como desencadeador do sofrimento mental; 2) As mediações da divisão sexual do trabalho com o sofrimento mental das mulheres; 3) A mercantilização dos cuidados mediada à determinantes de classe, raça, gênero e seus impactos no adoecimento mental; 4) Apreensão das mediações de expressão da questão social com o adoecimento mental por meio de teorias pós-modernas. Essas categorias tiveram por objetivo responder como a produção teórica do serviço social aborda as mediações entre a questão social e adoecimento mental e cada uma delas constituiu um capítulo do estudo como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Categorias

Categoria	Título (artigos)
1) Precarização do trabalho como desencadeador do sofrimento mental	<p>Texto A- Por que o trabalho na cana tem moído gente e espalhado bagaços? (CRUZ, 2020)</p> <p>Texto B- Ser docente no Século XXI: o trabalho em uma universidade pública</p>

	<p>brasileira. (QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020)</p> <p>Texto C- Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas (VASCONCELOS; LIMA, 2021)</p> <p>Texto D- Precariedade e interdisciplinaridade no trabalho da Assistente Social na esfera pública. (FALEIROS; HEDLER e ARAÚJO, 2019)</p> <p>Texto E- Forças produtivas e compleições corporais: do trabalho braçal ao trabalho confinado. (BECK, 2020)</p> <p>Texto F- Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. (AREOSA, 2021)</p> <p>Texto G- Neoliberalismo, sofrimento e indiferença. (OLIVEIRA, 2022)</p>
2) As mediações da divisão sexual do trabalho com o sofrimento mental das mulheres	<p>Texto H- Representação social do cuidado e do cuidador familiar do idoso. (HEDLER; SANTOS; FALEIROS; ALMEIDA, 2016)</p> <p>Texto I- A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino. (SOUZA, 2020)</p>
3) A mercantilização dos cuidados mediada à determinantes de classe, raça, gênero e seus impactos no adoecimento mental	<p>Texto J - O lixo vai falar, e numa boa! (PASSOS 2021)</p> <p>Texto K- O trabalho dos cuidadores de idosos na perspectiva da economia do care. (CERUTTI, PAULI, RISSI, GOMES, 2019)</p>
4) Apreensão das mediações de expressão da questão social com o adoecimento mental por meio de teorias pós-modernas	<p>Texto J - O lixo vai falar, e numa boa! (PASSOS, 2021)</p>

	Texto I - A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino. (SOUZA, 2020)
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO DESENCADEADOR DO SOFRIMENTO MENTAL

A superexploração do trabalhador em prol do acúmulo de riqueza se desdobra em adoecimento físico e psíquico, como demonstra Cruz (2020)¹ quando aborda a realidade da agroindústria canavieira, sinalizando a flexibilização e intensificação do trabalho no setor como fator determinante na precarização das condições de trabalho e na desumanização dos cortadores de cana.

No caso do setor sucroalcooleiro brasileiro, a intensificação do trabalho e as práticas flexíveis desse setor, entre os que desenvolvem o corte da cana, materializam-se no próprio corpo dos trabalhadores e são indicadores representativos da superexploração da força de trabalho, uma vez que implica, no presente, no seu esgotamento prematuro. (CRUZ, 2020, p. 675).

Para manter o combustível da produtividade nas usinas, esses trabalhadores são feitos de “burro de carga”, tendo os seus corpos explorados ao extremo e sendo submetidos a diversos perigos durante o processo de corte de cana, como por exemplo, a queima da cana, prática que os deixam expostos a diversas substâncias tóxicas, como monóxido de carbono, amônia e metano. Essa precarização das condições de trabalho é intensificada pelas inadequadas instalações nos quais permanecem durante a colheita e pela má alimentação. Portanto, o planejamento do processo de trabalho nessas condições vai atender unicamente os interesses dos seus empregadores que intensificam a exploração dos trabalhadores sem se importar com as consequências da precarização do trabalho na saúde dos mesmos (CRUZ, 2020).

Além das péssimas condições de trabalho, a estratégia do pagamento por produção tenciona os trabalhadores a se engajar no aumento da intensidade do trabalho, porque como o pagamento passa a ser pela quantidade de cana cortada quanto mais intenso for o ritmo do

¹ **Texto A-** Por que o trabalho na cana tem moído gente e espalhado bagaços?

trabalho, mais dinheiro será pago ao trabalhador. Então, pensando incrementar a renda, acabam permanecendo por mais tempo na agroindústria canavieira (CRUZ, 2020). Esse processo de superexploração do trabalho condiciona o tempo que esses trabalhadores dispõem para lazer e para relações familiares e sociais em um processo que gera embrutecimento humano que potencializa o desenvolvimento de adoecimento mental.

Portanto, ocorre uma flexibilização na remuneração, posto que o salário passa a ser vinculado à quantidade de cana colhida. Conforme, Antunes (2018), a variação da remuneração sendo determinada pela quantidade de cana colhida desencadeará uma expressiva intensificação da exploração do trabalho, uma vez que esse sistema de remuneração beneficia os empresários, apesar de aparentemente atender aos interesses dos trabalhadores que querem receber mais e, por isso, passam a produzir mais. A partir dessa lógica de pagamento relacionado diretamente ao que é produzido, os trabalhadores passam a ser mais disciplinados com as suas atividades, visando a “renda extra” que irão receber. Toda essa disciplina e foco para manter a produtividade em um nível lucrativo, vai tornando o trabalho cada vez mais desgastante e favorecedor do adoecimento mental.

Como consequência dessas condições de trabalho desumanas que inferioriza o sujeito a mera “coisa”, com o passar do tempo, uma boa parte dos cortadores de cana acabam desenvolvendo diversos problemas de saúde, ao ponto de serem afastados por condições agravantes de saúde em plena idade ativa. O grau de esforço consumido nas atividades do corte de cana produz adoecimentos físicos como problemas respiratórios, dentre outros acometimentos decorrentes de acidentes de trabalho que limitam a vida dos trabalhadores porque prejudicam as suas capacidades físicas, o que facilmente pode levar a uma frustração e desânimo ao deparar-se com uma vida com obstáculos antes não presentes (CRUZ, 2020). Então, em decorrência dessas limitações físicas desencadeadas pela precarização do trabalho na agroindústria canavieira, o sujeito acaba adentrando em um processo de adoecimento mental.

A partir do que foi exposto por Cruz (2020), evidencia-se que a precarização do trabalho é uma estratégia para obter a superexploração do trabalho, por meio da flexibilização do trabalho em prol do aumento constante da taxa de lucros que sujeita aqueles que precisam vender a sua força de trabalho ao um processo de desumanização ao assumir um papel de maquinário ambulante durante o processo de trabalho, sendo desencadeado um desgaste e adoecimento em sua compleição física e mental. O medo do desemprego é o principal incentivo à permanência em espaços de trabalho que geram dor e sofrimento, o que leva o proletariado a empenhar-se incansavelmente para a garantia da sua subsistência.

O processo de precarização nas condições de trabalho também é uma realidade latente em instituições públicas, como vai evidenciar Queiroz e Emiliano (2020)² ao retratar a influência da política capitalista neoliberal nas condições e organização do trabalho dos docentes na Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista.

Na universidade pública o processo de desmonte não foge à regra do projeto neoliberal e acrescenta um panorama ainda mais complexo no que se refere às transformações do Estado, que ora passa de executor para regulador e em defesa do capital, e as propostas de privatização dos bens públicos. Nesse processo histórico, o trabalho se intensifica com o prolongamento de jornada nem sempre visível pela própria natureza do trabalho docente, com menos docentes disponíveis para cumprir as tarefas, enfim, mais trabalho é exigido (QUEIROZ; EMILIANO, 2020, p. 688).

Assume-se nesse processo de transformação na gestão do trabalho, a busca de uma maior eficiência acadêmica, impondo avaliações e um controle de trabalho que tem como proposta aparente a melhora na qualidade do ensino, mas esconde uma faceta da reprodução quantitativa que muitas vezes prejudica a qualidade dos estudos desenvolvidos. Os profissionais do ensino superior acabam sendo colocados em uma condição desgastante de cumprimento de “metas”, eles são desafiados a conciliar o seu trabalho na formação dos estudantes nas atividades de ensino, mas também nas atividades de pesquisa, extensão e gestão, além da necessidade de separar um tempo de estudo não só para qualificação das atividades de ensino, mas também para produzir trabalhos científicos exigidos pela instituição. A alta demanda de atividades/obrigações chega em um nível que ultrapassa a fronteira do tempo de trabalho e invade a vida privada do docente, gerando um desgaste físico e psicológico (QUEIROZ; EMILIANO, 2020).

Vasconcelos e Lima (2021)³, também vão trazer esses aspectos ao retratar a implementação dos modelos de gestão flexível dos processos de trabalho nas instituições de ensino superior, problematizando a precarização do trabalho docente dos quais é exigida produtividade para manter programas de pós-graduação de *stricto sensu* e para concorrer em editais pleiteando financiamento para pesquisa. Ao inserir a lógica do mercado nas IES públicas para intensificação do trabalho dos docentes, se precarizam as condições de trabalho, o que acarreta negativamente tanto na qualidade de ensino desses profissionais como na sua saúde mental.

² **Texto B-** Ser docente no Século XXI: o trabalho em uma universidade pública brasileira.

³ **Texto C-** Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas.

[...] os(as) docentes das universidades públicas brasileiras se deparam com adversidades em suas condições de trabalho, concomitante a elevadas exigências de produtividade, o que acarreta sobrecarga de trabalho (extensas e intensas jornadas) e tende a elevar a suscetibilidade destes(as) ao adoecimento, inclusive no âmbito psicológico [...]. (VASCONCELOS; LIMA, 2021, p. 366).

Além dos desafios já existentes que a licenciatura traz consigo, ao levar conhecimento em suas mais complexas facetas para futuros profissionais em formação, os docentes dentro desse contexto de flexibilização e intensificação do trabalho, acabam sobrecarregando-se ao tentar conciliar o ensino e o desafio em atender as metas de produtividade. O excesso de demandas faz com que trabalho docente não se limite às horas trabalhadas na instituição, pois esses profissionais trabalham fora dos horários de trabalho, não havendo uma separação saudável do momento profissional e caseiro, havendo até mesmo uma continuidade das atividades acadêmicas em condições de enfermidade. Essas condições de trabalho geram desgastes, pois o excesso de atividades torna o trabalho uma atividade estranha e hostil aos docentes o que gera adoecimento físico e psicológico que tende a resultar na precarização dos serviços prestados aos discentes e a comunidade.

Conforme Faleiros, Hedler e Araújo (2019)⁴, a precarização do trabalho se expressa também em outros espaços laborais como nas políticas públicas nas quais trabalham assistentes sociais, visto que a diminuição do orçamento público para investir em políticas sociais e na contratação de profissionais⁵ limita as possibilidades dos assistentes sociais intervir em demandas apresentadas pelos usuários dos serviços o que gera um sentimento de impotência, visto que a redução de investimento público restringe os instrumentos de trabalho em um processo que favorece o adoecimento mental dos profissionais.

Na atual configuração neoliberal predomina a restrição de direitos, aliada à pressão para redução de custos e demandas, inserindo-se sorrateiramente o clientelismo articulado ao neoliberalismo, em contradição com o próprio projeto ético político da profissão de assistente social. (FALEIROS; HEDLER; ARAÚJO, 2019, p. 386).

Conforme supracitado, os autores pontuam que o neoliberalismo precariza as condições do trabalho nas políticas públicas, tendo em vista que com o objetivo de reduzir gastos, fragilizam as condições oferecidas para a materialização do trabalho que não vai

⁴ **Texto D-** Precariedade e interdisciplinaridade no trabalho da Assistente Social na esfera pública.

⁵ Além da diminuição de profissionais, também há a fragilização dos vínculos empregatícios dos mesmos.

corresponder às demandas e anseios dos usuários. Além da falta de recursos para disponibilizar serviços nas políticas públicas, também existe a sobrecarregada no trabalho gerada pela uma equipe reduzida o que intensifica os processos de precarização do trabalho. Conseqüentemente, ocorre o distanciamento da atuação do assistente social com o seu projeto ético político, pois o compromisso em atender os interesses da classe trabalhadora, garantindo a dignidade humana e o fortalecimento da autonomia dos usuários, se põe em risco em razão dos cortes de verbas nas políticas públicas. Conseqüentemente, o profissional do Serviço Social nesse contexto, sente desgaste e imponência o que potencializa um contexto favorecedor do adoecimento mental.

2.2 As mediações das novas roupagens nas formas de exploração do trabalho com o adoecimento mental

Ao longo dos séculos, grandes transformações ocorreram na gestão do processo de trabalho e essas mudanças vieram acompanhadas de avanços tecnológicos. Entretanto, tais avanços não extinguiram a precarização nas condições de trabalho, foram surgindo novas formas de controle do trabalho e de exploração e, também, foi exigido um novo perfil de trabalhador. Esse conjunto de mudanças se materializou na flexibilização das atividades do trabalhador, do vínculo empregatício e da jornada de trabalho intensificado às formas de extração de mais valia relativa e, conseqüentemente, os processos de adoecimento psíquico decorrentes da exploração do trabalho.

Para Beck (2020)⁶ o trabalho das operadora de telemarketing, demonstram como as novas formas de exploração da força de trabalho podem levar a uma falsa concepção de evolução, pois pode parecer que o trabalhador estaria ocupando uma posição de maior privilégio, visto que, atualmente o modo de produção capitalista demanda menos o trabalho braçal e mais os trabalhos intelectuais. Portanto, já não seria mais necessário que todos trabalhadores fizessem uso da força física no trabalho. Porém, os trabalhos confinados, como assistente ou auxiliar de escritório, balconista ou operadora de telemarketing representam novas formas de trabalho pós-industrial. Com elas surgem novas formas de sofrimento, tendo em vista que, apesar de utilizar menos a força física para o processo de produção, demanda mais energia intelectual, o que pode se desdobrar em esgotamento mental.

O trabalho explorado se torna mais preciso, mais destro no manuseio do trabalho morto, e o corpo ainda mais imobilizado para a execução de tarefas especializadas, que não exigem nem força e nem deslocamento físico, mas apenas gestos digitais,

⁶ **Texto E-** Forças produtivas e compleições corporais: do trabalho braçal ao trabalho confinado.

regrados movimentos manuais para a execução cronometrada do dito trabalho simbólico. [...] Em contraste com este suposto repouso corporal, o esgotamento não deixa de ocorrer [...]. (BECK, 2020, p. 671).

O autor vai exemplificar a operadora de telemarketing, indicando o uso das faculdades mentais, a precisão cronometrada da agilidade digital, capacidade de concentração, argumentação e verbalização. O corpo do trabalhador estaria em pleno contraste do trabalho vivo e trabalho morto ao assumir as funcionalidades de uma máquina. Ao trabalhar em um espaço fechado, confinado com uma maior imobilização física, o corpo torna-se os próprios meios de produção, usando de toda a sua agilidade intelectual no desempenho profissional. Agora com um mínimo de energia corporal, o trabalhador alcançaria um alto grau de desempenho (BERCITO, 2011 apud BECK, 2020).

Apesar de exigir menos movimentação corporal, o trabalho em ambientes monitorados dos teleoperadores visam o aumento da produtividade no telemarketing por meio do controle do tempo médio operacional (TMO) ou tempo médio de atendimento (TMA). A rigidez no controle do tempo é um dos grandes obstáculos para a construção de vínculos entre os trabalhadores no ambiente de trabalho, visto que a longa jornada de trabalho e tempo mínimo de intervalo torna as relações interpessoais limitadas a cumprimentos genéricos. Devido aos scripts e aos fluxogramas dos atendimentos serem determinados pelas empresas, há uma robotização do atendimento aos clientes para que os diálogos sejam mais “eficientes”, uma vez que essa logística diminui o tempo gasto em um atendimento, pois as perguntas pré-determinadas favorecem o atendimento de mais clientes durante a jornada de trabalho (ANTUNES, 2018).

Portanto, a forma de exploração ao assumir uma roupagem aparentemente mais “branda”, sem exigir um empenho físico árduo, não altera o fato que o sujeito tem que seguir exigências para manter sua força de trabalho permanentemente empenhada em prol do crescimento econômico da empresa contratante. Essa nova roupagem do trabalho pode resultar no adoecimento físico do proletariado, dado que a imobilização do corpo por um longo período de tempo pode provocar certos problemas de saúde, como problemas vasculares. Esse trabalho confinado torna-se também um gerador de trabalhadores adoecidos mentalmente ao tentar corresponder a intensificação e exigência do trabalho.

Com relação às exigências do mercado para um desempenho impecável do empregado, Areosa (2021)⁷ pontua que os requisitos ficaram cada vez mais elevados,

⁷ **Texto F**- Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho.

cobrando altos desempenhos do trabalho, colaborando para um ambiente de concorrência acirrada, ao ponto dos trabalhadores assumiram uma "performance" para manter o emprego, atribuindo todo um esforço, muita das vezes, descomunal para fugir do desemprego, conseqüentemente gerando um desgaste físico e mental no trabalhador.

[...] O trabalho de cada um deveria estar ao serviço da comunidade, mas o capitalismo tem provocado a implosão do mundo do trabalho e a conseqüente falência de um universo social coerente. O capitalismo flexível tem originado uma profunda desestabilização dos empregos estáveis e colocado muitos trabalhadores numa intermitência entre trabalho precário e desemprego. Além de todas as conseqüências materiais que o desemprego acarreta, ele gera medo, ansiedade, porque faz pairar sobre nós o fantasma da inutilidade. (SENNETT, 2006 apud AREOSA, 2021, p. 322).

Portanto, o trabalho quando perde a lógica de serviço para a comunidade e assume o caráter de único meio de sobrevivência do trabalhador, de forma flexível a partir da atual lógica do capitalismo, constrói uma nova relação do sujeito com o trabalho, onde o proletariado sujeita-se àquele objeto de trabalho, que está sendo imposto de cima, buscando alcançar todas as metas e objetivos lançados pelos empregadores para atingir o lucro desejado. Todo esse movimento provém do medo do desemprego que não apenas ocasionaria um conflito financeiro, como também um sentimento de inutilidade que envolve aqueles que por não estarem inseridos no mercado de trabalho, sentem-se improdutivos e imponentes.

Todas essas formas de controle e de gerenciamento da força de trabalho, através de gestão por metas, controle de lucros e avaliação de desempenho, que ocasionam uma busca por uma "performance" na execução do trabalho e uma relação de competitividade entre os trabalhadores, são frutos de uma nova ordem do capitalismo, principado na década de 70, o neoliberalismo. A lógica neoliberal veio como resposta para a crise do “Estado de Bem Estar Social”, modelo onde o Estado estava comprometido a assegurar o bem estar social e econômico da população, e em decorrência da superacumulação capitalista entrou em declínio. Porém, como já afirmavam Behring e Boschetti (2007), o neoliberalismo com a sua proposta contrarreformista, apontava o Estado como o problema central da crise econômica e social vivenciada pela sociedade brasileira. A partir dessa percepção implantada, o ideal defendido era a reforma do Estado, investindo na privatização (seja através da contratação de serviços particulares ou pela privatização dos serviços públicos) e previdência social.

Essa transferência de responsabilidades estatais para o mercado ou até mesmo o terceiro setor, eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades,

contribuiu para a diminuição de políticas públicas de caráter universalista, principalmente as políticas assistenciais e sociais, e essa flexibilização dos direitos, atinge diretamente condição mental dos proletários, visto que abre espaço para empregos que não proporcionam estabilidade e segurança, deixando o sujeito em péssimas condições de trabalho e refém de um futuro incerto.

2.3 Naturalização do sofrimento no ambiente de trabalho através do mecanismo de defesa e sobrevivência

Oliveira (2022)⁸ a partir da psicodinâmica do trabalho de Dejours (2007) vai aprofundar as consequências da lógica neoliberal na subjetividade do sujeito. O autor aponta o princípio da concorrência como um grande fator de influência na construção das relações interpessoais, produzindo um novo indivíduo, denominado de *neossujeito* (DARDOT; LAVAL, 2016 apud OLIVEIRA, 2022). Esse novo sujeito em um contexto neoliberal vai ter as suas energias voltadas em atender às grandes expectativas dos empregadores, agora baseadas em gestão de metas, avaliações de desempenho e autocontrole de resultados. Portanto o que vai ser unicamente valorizado é o número, o lucro que aquela mão de obra consegue alcançar, enquanto os outros aspectos da execução do trabalho do assalariado que não estiverem estampados nos números da empresa/instituição, não são reconhecidas e muito menos valorizadas.

O autor também vai afirmar que com a subjetividade do sujeito totalmente engajada em atender as atividades exigidas, essa busca em sempre superar o seu desempenho e produtividade para corresponder oscilações do mercado, o levam a desenvolver uma capacidade para suportar as novas condições impostas, ainda que gere sofrimento mental.

Areosa (2021) ao também trazer em seu texto a psicodinâmica do trabalho de Dejours (1999), problematiza como que esse trabalhador consegue manter um certo equilíbrio emocional apesar da precarização das suas condições de trabalho. O que ocorreria seria uma *normalidade sofrente* do mundo laboral do trabalho por parte de alguns sujeitos, porém, essa normalidade não implicaria na ausência de sofrimento, mas seria uma forma de resistência ao sofrimento gerado pelo trabalho.

A *normalidade sofrente* basicamente refere-se a meios estratégicos adquiridos pelos proletários para suportar a carga negativa provocada pelas pressões no trabalho, um evidente mecanismo de defesa frente a precarização do trabalho e aos consequentes desgastes físicos e mentais. Porém, durante o processo do uso desse mecanismo de defesa para a manutenção do

⁸ **Texto G-** Neoliberalismo, sofrimento e indiferença.

emprego, pode ocorrer a insensibilização ao sofrimento, visto que na tentativa, por mais que limitada, de lutar contra a exaustiva realidade do trabalho, acaba levando esse sujeito a “[...] tolerar o intolerável. Não apenas para consigo, mas também para com o sofrimento dos outros” (AREOSA, 2021, p. 324). À vista disso, tendenciosamente o sujeito vai assumindo um modo automático durante as suas obrigações profissionais, ao ponto de adentrar em um processo de esgotamento mental sem dar espaço para um olhar mais atento para cuidar de si, pelo medo de deparar-se com a possibilidade da instabilidade econômica. Como consequência desse comportamento de “prevenção”, a coletividade no ambiente de trabalho é prejudicada por essa naturalização do sofrimento.

3 AS MEDIAÇÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COM O SOFRIMENTO MENTAL DAS MULHERES

A gênese da opressão feminina está diretamente ligada à mudança na produção material que se desdobrou no sistema patriarcal que teve sua origem a partir da revolução das forças produtivas. Por conseguinte, é necessário um maior entendimento da categoria trabalho e como a mudança nos modos de produção transformam a dinâmica/organização da sociedade.

O trabalho vai surgir a partir das necessidades concretas do ser humano, por exemplo, o ser humano com fome pensa em formas de sanar a fome iniciando o processo de prévia ideação que tem uma base concreta. Posteriormente, ocorre o processo de objetivação da prévia ideação. Portanto, o homem vai primeiramente projetar na sua consciência aquilo que ele pretende colocar em prática, para posteriormente escolher a melhor alternativa para objetivar a pré-ideação. No processo de transformar a natureza para atender às suas necessidades, ocorre a transformação de si mesmo, dado que à medida que o sujeito for objetivando aquilo que foi projetado em sua subjetividade, é extraído novos conhecimentos sobre o objeto, sendo esse conhecimento universalizado e ampliado a cada nova transformação (TONET; LESSA, 2011).

O aprimoramento do trabalho, ocasionou o desenvolvimento de novas forças produtivas. O desenvolvimento das forças produtivas incidiam em novas formas de sociabilidade. A priori, na sociedade primitiva todos trabalhavam e usufruíram do produto do trabalho, tendo o maior foco a garantia da sobrevivência, sem a necessidade de uma divisão social do trabalho, tendo como característica o nomadismo e poligâmia. Com a descoberta das sementes e agricultura e com o desenvolvimento das habilidades para a criação de animais de

rebanho, houve uma produção do excedente agrícola, passando a haver disputas por posses desses excedentes, surgindo assim a necessidade das relações afetivas monogâmicas com a finalidade de garantir a passagem dos bens dos chefes patriarcais para seus filhos com o objetivo de manutenção da sua propriedade. A partir do surgimento da família monogâmica, a mulher passa a ser vista como uma propriedade cuja a função principal a cumprir é a reprodução e criação dos filhos, os futuros herdeiros. (TONET; LESSA, 2011).

Cisne e Santos evidenciam essa autoridade masculina ao trazer que o patriarcado é “uma formação social que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres” (CISNE; SANTOS, 2018 apud DELPHY, 2019, p. 137).

O patriarcado permite perpetuar a opressão específica das mulheres como sexo, por estar baseado na escravidão doméstica e na dependência econômica da mulher. Dentro da lógica da divisão sexual do trabalho, além de existir a exploração da mulher no ambiente doméstico, há profissões que são consideradas femininas porque estão relacionadas aos afazeres domésticos (CISNE, 2018).

A responsabilidade do cuidado é uma construção sócio-histórica, pois historicamente as tarefas domésticas estiveram sob a responsabilidade das mulheres. Portanto, maternar e cuidar sempre foi compreendido como um atributo feminino. Esse pensamento prevalece no contexto vigente, pois ao olhar para a distribuição da responsabilidade com os cuidados familiares, identifica-se a mulher como a principal responsável em atender essas demandas. As mulheres sentem a responsabilidade afetiva de cuidar dos seus familiares em consequência da atribuição socialmente estabelecida ao gênero feminino que concebe o amor materno um valor positivo. Isso contribui para que elas assumam o trabalho de cuidadoras da pessoa idosa no seu núcleo familiar, se responsabilizando por sobrecargas que seriam de um trabalho remunerado, abrindo mão da inserção do mundo do trabalho e de atividades de lazer para se dedicar aos cuidados dos familiares idosos, além das demais atividades voltadas para reprodução familiar como lavar roupas, fazer comidas, cuidar dos filhos, etc. Pode-se inferir que esses processos determinados pela “forma social de ser mulher”, gera sobrecarga das mesmas com as atividades de reprodução, o que favorece o adoecimento mental (HEDLER; SANTOS; FALEIROS; ALMEIDA, 2016)⁹.

Conforme Hedler *et al.* (2016), há uma verdadeira sujeição das mulheres nas famílias, pois, geralmente, elas são as principais responsáveis pelos cuidados da pessoa idosa. A atividade de cuidar requer atributos que são socialmente considerados como próprios da

⁹ **Texto H-** Representação social do cuidado e do cuidador familiar do idoso.

“natureza” feminina, portanto, as mulheres são bem vindas em outros espaços domésticos¹⁰ nos quais se dedicam ao cuidado de idosos nos quais há uma intensificação da exploração do trabalho, visto que é sugada a energia física em atividades como dar banho, trocar fraldas, etc, e, também a energia psíquica em atividades como mediar conflitos intrafamiliares e estabelecer continência às demandas psíquicas dos idosos. Consequentemente, todo esse desgaste diário torna-se um potencializador para o adoecimento físico e mental dessas cuidadoras informais. Muitas vezes, esse processo de adoecimento começa de forma silenciosa devido a rotina exaustiva que sempre está naturalizada sob a justificativa do “fazer o bem maior pela família”, sustentada pelo machismo estrutural que coloca sob as mãos femininas a "dádiva natural" do cuidado e contribui com a exploração do trabalho das mulheres.

Souza (2020)¹¹ também traz à tona a sobrecarga que é gerada na vida da mulher por consequência do patriarcado e a divisão sexual do trabalho, através da análise dos discursos da SEBRAE, a qual incentiva a inserção da mulher no mundo dos negócios, porém, reproduzindo essa atribuição patriarcal da mulher como cuidadora do lar. Como percebe-se no trecho abaixo da propaganda realizada no Dia Internacional das Mulheres:

SD02 – Na vida e nos negócios, as mulheres não escondem seus diferenciais. Flexíveis, sensíveis, cooperativas, atentas aos detalhes e, ainda, capazes de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, elas já não têm mais nada a provar. Mas muito para ensinar (SOUSA, 2020, p. 703).

A inserção da mulher no espaço empreendedor promovida através da propaganda da SEBRAE proporciona um falso avanço, pois a medida que promove inclusão da mulher no ramo dos negócios, também incentiva a dupla jornada de trabalho, pois mesmo conquistando novos espaços no espaço público, as suas “obrigações domésticas” socialmente postas não são desvinculadas de suas responsabilidades. Portanto, a sua dedicação no seu trabalho tem que ser sempre conciliada com os afazeres do lar, exigindo um maior empenho e disponibilidade de energia, desdobrando-se em um longa jornada de trabalho (remunerado e caseiro). Logo, a sua maior inserção no mercado de trabalho, que era para ser um processo de superação da sociedade patriarcal, torna-se um laboratório de cansaço pessoal o que intensifica o sofrimento mental.

¹⁰ Quando se dedicam a realização de trabalhos domésticos de forma assalariada para outras famílias.

¹¹ **Texto I-** A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino.

4 A MERCANTILIZAÇÃO DOS CUIDADOS À DETERMINANTES DE CLASSE, RAÇA, GÊNERO E SEUS IMPACTOS NO ADOECIMENTO MENTAL

Desde o período colonial as mulheres negras se inserem nas relações sociais como mercadoria, sua humanidade não era reconhecida na organização social dirigida pelo capitão hereditário da casa grande. Desse modo, o direito à maternidade era negado a essas mulheres, seus filhos eram arrancados de seus braços para que esses fossem utilizados nas atividades de reprodução materializadas nos cuidados dos filhos da casa grande. Portanto, elas não tinham o direito de vivenciar a maternidade de seus filhos, pois tinham que assumir os cuidados da criança branca do escravocrata (PASSOS, 2021)¹².

[...] é importante sinalizar que para a mulher negra é negada a sua condição de mulher. Em seu estudo, Giacomini (1988) nos mostra como o colonialismo brasileiro produziu a negação da maternidade para a mulher negra, condição essa que foi tornada essencial e naturalizada como atribuição e condição do feminino. Apesar da maternidade estar vinculada às características consideradas femininas, é necessário destacar que a mulher negra foi coisificada, logo, a sua maternidade foi mercantilizada e negados a ela a escolha e o direito de ser mãe (PASSOS, 2021, p. 304).

Muitos foram os “vestígios” deixados pela colonização na estrutura da sociedade brasileira, especialmente à comunidade negra. As mulheres negras foram intensamente penalizadas, porque sua condição de escravizada já resulta, por si só na desumanização das mesmas que é ampliada pela sua condição de gênero, pois a elas eram atribuídas a responsabilidade pelo cuidado dos filhos da casa grande e, simultaneamente, era negada a maternidade de seus próprios filhos, reproduzindo uma imagem de “mãe” como um instrumento de controle racial para manter as mulheres negras em uma posição de subalternidade e exploração (PASSOS, 2021). Nesse processo, a casa grande se apropria das habilidades relacionadas à maternidade das mulheres negras, reforçando a desumanização das mesmas, por meio do furto do direito ao exercício da maternidade dos seus filhos em troca da incumbência de cuidar dos filhos da casa grande. Ou seja, a condição de mãe foi retirada das mulheres negras desde o período colonial. Pode-se inferir que tais mulheres eram objetos, pois suas aquisições pelos escravocratas dava aos mesmos todo o direito de uso de seus corpos em um processo desumano que se desdobrava na violação do direito à maternidade.

¹² **Texto J** - O lixo vai falar, e numa boa!

As consequências dessa herança estão evidenciadas de forma escancarada na sociedade, pois inúmeras mulheres negras saem de casa para dedicar-se às atividades de reprodução por meio de cuidados domésticos prestados a outras famílias. Muitas vezes, essas mulheres voltam para casa tarde da noite, devido ao longo trânsito que necessitam fazer para se deslocar, geralmente das periferias para os bairros de classe média nos quais prestam serviços para outras famílias. Em algumas situações, essas mulheres residem nas casas em que prestam serviços para se dedicar melhor ao trabalho, normalmente residem em quartos de empregados que ficam separados dos demais quartos da casa e que em certa medida re-atualizam as antigas senzalas. Desse modo, ocorre uma reprodução da negação do direito à maternidade às mulheres negras, pois se no período colonial, elas eram objetivadas por sua condição de escravizadas e, por isso, eram afastadas de seus filhos, atualmente são objetivadas pela condição de trabalhadoras precarizadas que normalmente residem longe dos locais em que trabalham, ou residem nos mesmos, o que limita o exercício de suas maternidades, porque em ambas circunstâncias sobra pouco tempo para dedicação às suas próprias famílias.

Portanto, a negação à maternidade a mulher negra é abordada como um processo histórico que se desdobra desde o período da colonização no qual as mulheres negras eram mercantilizadas e tratadas como coisas em um processo que gerava desumanização e sofrimento mental. A autora aborda a mercantilização das mulheres negras, mas não aprofunda as mediações entre tal processo e o desenvolvimento do capitalismo comercial que contribuiu para acumulação de dinheiro que posteriormente foi investido nas incipientes indústrias que inauguram o capitalismo industrial, ou seja, não são aprofundadas às mediações do colonialismo com a questão social. Essa ausência de aprofundamento, se relaciona a opção teórica para leitura do colonialismo, visto que a adesão a autores institucionalistas não favorece uma análise do colonialismo como decorrente das relações de produção, mas sim como um fenômeno reproduzido pelas instituições organizadas pelo Estado como: manicômios, escolas, prisões, etc. Tal viés analítico é oriundo do movimento institucionalista que trata a produção cultural como decorrente da biopolítica que normaliza os sujeitos por meio de processos disciplinadores. No entanto, a biopolítica não aprofunda a relação entre os objetivos disciplinadores das instituições e a produção material.

Por outro lado, Passos (2021), aborda as mediações do colonialismo e da escravização com a produção material, porque ao mencionar o processo de escravização demonstra em certa medida a classe social das mulheres negras. A autora também aborda as mediações da divisão social do trabalho com a divisão sexual do trabalho particularizada no cotidiano dos

escravizados, demonstrando o sofrimento das mulheres negras em decorrência da violação do direito à maternidade em razão do lugar ocupado pelas mesmas na produção material.

A mercantilização dos cuidados também foi abordada pelo viés do trabalho prestado a famílias que possuem pessoas idosas e requerem serviços de cuidadores. O trabalho de cuidadores de pessoas idosas foi problematizado a partir de suas mediações com as particularidades da precarização do trabalho nesse ramo e com o sofrimento mental produzido nessa atividade laboral. Conforme Cerutti, Pauli, Rissi e Gomes (2019), as particularidades da precarização do trabalho de cuidadores de pessoas idosas perpassa pela intimidade produzida na relação cuidador-pessoa idosa, pois esse aspecto gera excesso de responsabilidade afetiva do cuidador, gerando, muitas vezes, auto-culpabilização mesmos que “[...] se sentem responsáveis pelos acontecimentos negativos com os idosos e não terem como reverter a situação [...]” (BORGEAUD-GARCIANDIA, 2016 apud CERUTTI; PAULI; RISSI; GOMES¹³ 2019, p. 395). Muitas vezes, os familiares contratantes do serviço dos cuidadores confundem o trabalho dos mesmos, com suas responsabilidades afetivas como familiares e exigem que esses trabalhadores assumam atribuições que deveriam ser dos familiares (CERUTTI *et al.*, 2019).

Portanto, a precarização do trabalho gera sobrecarga psíquica nos cuidadores que além de dedicar suas energias físicas em atividades como: dar banho, trocar fraldas, etc, gastam também energia psíquica quando as demandas atribuídas pelos contratantes ao seu trabalho, tenciona os mesmos a assumirem responsabilidades afetivas. Esse processo aliado ao fato de que, muitas vezes, tais trabalhadores desempenham outras atividades laborais nos turnos em que não estão cuidando das pessoas idosas intensifica sofrimento mental desencadeado no trabalho (CERUTTI *et al.*, 2019).

Cabe ressaltar que CERUTTI *et al.* (2019), não tratam as mediações do trabalho dos cuidadores de idosos com as desigualdades de gênero. No entanto, a divisão social do trabalho atribui às mulheres atividades laborais relacionadas aos cuidados na reprodução familiar, como foi aprofundado no capítulo anterior.

¹³ **Texto K-** O trabalho dos cuidadores de idosos na perspectiva da economia do care.

5 APREENSÃO DAS MEDIAÇÕES DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL COM ADOECIMENTO MENTAL POR MEIO DE TEORIAS PÓS-MODERNAS

Identificou-se que os textos abordam o adoecimento mental como decorrência de expressões da questão social como racismo, machismo e pobreza. Conforme Passos (2021)¹⁴, existem mediações da negação da maternidade com as desigualdades de classe, raça e gênero. Para ela, o sofrimento das mulheres negras tem como um de seus determinantes a vitimização de seus filhos pela violência policial em decorrência do racismo. Tal situação impossibilita a continuidade da vivência da maternidade dessas mulheres negras.

O exercício da maternidade é algo imposto culturalmente pela sociedade às mulheres. No entanto, a experiência da maternidade vivenciada pelas mulheres negras é obstaculizada por determinantes de classe, raça e gênero que contribuem para que elas dediquem a maior parte do seu tempo de vida e de suas energias prestando serviços de cuidados domésticos para outras famílias. Esses obstáculos são frutos das desigualdades de classe, raça e gênero reproduzidas¹⁵ no Brasil desde o período colonial.

[...] Por trás das fatalidades geradas pelo racismo e pela violência estrutural, podemos sinalizar que existe um projeto que não autoriza as mulheres negras a serem mães, apesar da maternidade estar colocada compulsoriamente para o gênero feminino. Dessa maneira, em uma sociedade racista, patriarcal, sexista, colonialista e elitista, nem todas as mulheres podem usufruir do mito do amor materno, e isso vem sendo colocado através da produção e reprodução do sofrimento, da violência e do racismo em suas diversas expressões. (PASSOS, 2021, p. 301).

¹⁴ **Texto J** - O lixo vai falar, e numa boa!

¹⁵ No Brasil, assim como nos demais países do continente americano as desigualdades de classe, raça e gênero são reproduzidas pelos padrões culturais europeus que, a partir da dominação econômica, impuseram a dominação cultural e os valores patriarcais, cristãos e racistas. O racismo era legitimado pela igreja católica cristã que argumentava que os negros não tinham alma branca em um processo em que a ideologia da superioridade branca legitimava a escravidão necessária aos chefes patriarcais que eram autoridades nos engenhos de açúcar fundantes na invasão do território brasileiro pelos portugueses. Desse modo, o processo determinante da imposição da cultura européia foi a exploração econômica de recursos naturais, ou seja, a compreensão do colonialismo requer um olhar para o mundo em uma perspectiva de totalidade para possibilitar a compreensão das relações do centro com a periferia e da produção material com os modos de vida. Portanto, o colonialismo necessita ser compreendido a partir de sua mediação com a produção material e as teorias marxiana e marxista, embora tenham sido elaboradas a partir da observação mais imediata da realidade européia, servem para explicar a dominação econômica e cultural ocorrida nos países coloniais desde a invasão européia. Sendo assim, para (Amadeo e Rojas, 2011) algumas discussões decoloniais, ou pós-coloniais tratam como imposição cultural européia a apropriação das noções oriundas da modernidade, por isso, negam as teorias marxiana e marxista para compreensão da realidade nos países coloniais o que resulta na fragmentação da produção material e cultural e na negação da globalização/universalização do intercâmbio econômico que se reproduz globalizando a dominação cultural e política.

Conforme Passos (2021), o sofrimento das mulheres negras é mediado com o racismo e com as desigualdades de classe e gênero. No entanto, a autora não aborda tais processos sociais a partir de suas mediações com a questão social. As expressões da questão social são explicadas a partir do colonialismo, sexismo, elitismo, do patriarcado e da violência estrutural, mas não são problematizadas a partir das mediações determinantes que estabelecem com a totalidade das relações de produção. Ou seja, o colonialismo, sexismo, elitismo e o patriarcado não foram problematizados como resultantes de processos sociais produzidos e reproduzidos a partir da produção material das condições de existência humana.

As mediações demonstradas nos textos contribuem para a compreensão das relações do colonialismo com o racismo e com violação do direito à maternidade das mulheres negras em razão da violência policial, ou do excesso de trabalho, mas o colonialismo, o sexismo e o patriarcado não foram mediados com as relações de produção. Portanto, na produção de Passos (2021), existem demonstrações de mediações entre expressões da questão social, mas não são demonstradas as mediações dessas expressões com produção material da vida.

Constatou-se que o sofrimento mental é abordado a partir de teóricos institucionalistas como Basaglia. De acordo com Passos (2021 apud Basaglia 1979), é preciso entender a relação do sofrimento com a organização social e seus referenciais sócio-simbólicos. No entanto, apesar de a autora explorar as mediações da organização social com o sofrimento psíquico, ela não trata esse fenômeno como decorrente das legalidades do modo de produção capitalista¹⁶. Logo, não são demonstradas as mediações da organização social e dos referenciais sócio-simbólicos com a questão social para explicar a relação do sofrimento socialmente produzido com o adoecimento mental.

Portanto, o social não é tratado pela autora a partir das determinações do modo de produção capitalista que nos termos de Marx (2004), mercantiliza as relações sociais, transformando o ser humano em coisa e a mercadoria em sujeito em um processo que gera a pobreza material e espiritual nas subjetividades humanas, reproduzindo o embrutecimento humano que contribui para desencadear adoecimento mental.

Passos (2021), separa os seres humanos que sofrem por questões existenciais daqueles que sofrem por questões relacionadas à sobrevivência, problematizando que os seres humanos que vivem buscando a satisfação de necessidades imediatas não possuem tempo para pensar em questões existenciais e consequentemente não problematizam o sofrimento existencial em suas consciências. Para a autora, a possibilidade de vivenciar o sofrimento existencial está

¹⁶ A legalidade social são forças tendenciosas que historicamente se impõe a sociedade e por ela também é construída demarcando certos condicionamentos do ser social (PONTES, 1999).

relacionada ao poder determinado pela posição ocupada na sociedade decorrente do poder aquisitivo, escolaridade e estabilidade no emprego.

No entanto, Passos (2021), não aborda a relação da condição de classe social com a posição social privilegiada ocupada socialmente, a autora não problematiza as classes sociais a partir das mediações estabelecidas com a produção material, mas sim com um poder determinado pelas condições financeiras decorrentes da escolaridade, poder aquisitivo e estabilidade no emprego.

Desse modo, fica evidente uma centralidade conferida ao conceito de poder e a importância das instituições sociais no processo produtor do sofrimento mental que é vivido de modo diferente por sujeitos que possuem poucas condições financeiras, visto que as restrições de possibilidades objetivas para o exercício da liberdade em decorrência da falta de dinheiro, obstaculiza a vivência do sofrimento existencial¹⁷ daqueles que vivem buscando a satisfação das necessidades imediatas. Como supracitado, a ausência de condições financeiras é atribuída à falta de escolaridade, renda e emprego estável e não à contradição central do capitalismo entre capital e trabalho. Tal análise que não considera a questão social como determinante dos processos sociais que geram sofrimento mental é resultante da utilização de autores institucionalistas para problematizar as relações da organização social com o sofrimento mental.

Conforme Passos (2021), existe de um projeto de sociedade que objetiva silenciar determinadas existências e produz desigualdades na distribuição de poderes que leva à desumanização da população negra, visto que desde o período da colonização, o escravocrata anulou a cultura, as tradições e os idiomas, dentre outros ritos da cultura negra, a fim de transformá-los em meras coisas. Tal processo de inferiorização da população negra produz sofrimento. Em contrapartida, a autora não demonstra a mediação desse menosprezo com a cultura africana com a estrutura econômica da sociedade, a discussão é pautada em um viés cultural que não aborda as mediações da cultura com a produção material de vida, dos modos de produção com os modos de vida.

Os preconceitos são resultantes da alienação na produção material, porque os valores, as culturas surgem na produção material das condições de vida¹⁸. Os seres humanos

¹⁷ É importante mencionar que o sofrimento existencial é intensamente vivenciado por sujeitos que vivem na busca da satisfação das necessidades imediatas. No entanto, eles não conseguem tratar essa experiência em suas consciências, porque suas atividades e pensamentos são mobilizados cotidianamente para elaboração de estratégias de sobrevivência.

¹⁸ A cultura é a produção material de vida que não se restringe à produção dos bens necessários à sobrevivência. A produção de vida é mais ampla e é produzida e reproduzida pela totalidade que abrange aspectos culturais e políticos que se constituem como práxis que produzem materialmente a vida, assim como os aspectos econômicos decorrentes do trabalho que é a práxis fundante das demais práxis.

inicialmente, moviam seus pensamentos e suas atividades práticas no intuito de transformar a natureza produzindo produtos para atender as necessidades humanas como alimentação, se aquecer do frio, etc. Nesse processo também surgiam os valores, por exemplo, a produção do fogo por meio da fricção de gravetos determinou a produção de valores, porque depois da existência do fogo iniciou-se um processo de atribuição cultural de valores ao produto, porque o fogo é “bom” porque esquenta, afugenta os predadores, é “ruim” de encostar porque queima, é “bom” para assar a carne da caça. Já a carne é “boa” assada e “ruim” crua, ou seja, a atribuição de valores tem uma base material (BARROCO, 2006).

Portanto, a cultura que é produzida na atribuição de valores depende da produção material. No modo de produção primitivo não existiam classes sociais e o produto do trabalho era universalizado em um contexto no qual não existia a alienação na produção material e, conseqüentemente, também não existia alienação nos valores. Com o surgimento do modo de produção escravista surgem os processos de alienação da propriedade, de si mesmo, dos outros seres humanos, do planejamento do trabalho, do ser genérico e dos valores. A alienação nos valores se expressa na imposição de um modo de vida único, na passagem da religiosidade politeísta para monoteísta, na transformação das mulheres em instrumentos de reprodução masculina, na organização familiar monogâmica e na forma de sociabilidade que passou a ser mediada economicamente pela propriedade privada e politicamente pelo Estado.

Alguns valores decorrentes do período no qual surgiu a propriedade privada e a sociedade de classes ainda se reproduzem em seus aspectos essenciais como: a desigualdade de gênero que se desdobra no machismo em razão da permanência re-atualizada do patriarcado; a religiosidade monoteísta re-atualizada no novo testamento e na proliferação de igrejas evangélicas tanto aquelas oriundas da reforma protestante como aquelas de cunho pentecostal que se ampliam consideravelmente no tempo presente; a hegemonia estatal da classe que domina a produção material, apesar do alargamento do mesmo que também passou a atender demandas dos trabalhadores (LESSA; TONET, 2011; BARROCO, 2006).

O processo de inferiorização da cultura negra, é resultante desse processo de alienação dos valores. No caso da escravização de africanos no Brasil, ela tinha o intuito de ampliar a desumanização e a coisificação dos escravizados que eram proibidos de dialogar em suas línguas nativas, não podiam realizar seus rituais religiosos, dentre outros processos de violência simbólica que tinha como base a violência estrutural produzida na relação casa grande e senzala. Ou seja, a inferiorização cultural que reproduz o racismo na sociedade brasileira tinha íntima relação com a dominação na produção material nos engenhos de açúcar.

5.2 Padronização dos comportamentos sociais como potencializador do sofrimento mental a partir da teoria do discurso como produtor da realidade

O texto da Souza (2020)¹⁹ também se encaixa nessa última categoria ao abordar a mulher no mundo dos negócios a partir do empreendedorismo feminino do SEBRAE, relacionando o sofrimento mental com a produção do *discurso* dominante de que a mulher mesmo estando no mundo laboral se mantém responsável pelas atividades voltadas ao cuidado dos familiares em âmbito doméstico.

Diante desses fundamentos, coube a mim analisar como o discurso, por exemplo do SEBRAE, é meio difusor de ideologia dominante. Como ela procura normalizar sentidos, homogeneizar comportamentos, relacionar mulheres às mercadorias, de modo tal que ao adquirir os serviços por ele anunciados, as mulheres adquiram também “poder” despertado por eles, e até possam romper e alcançar a sua emancipação como proprietária de bens. (SOUZA, 2020, p. 701).

Souza (2020) vai utilizar de termos pós-modernos para descrever sobre a padronização dessas formas sociais, onde o discurso é colocado como responsável pela produção da realidade. Ao longo do texto a autora traz o discurso como ferramenta de alienação para a propagação/reprodução de um ideal da classe dominante, portanto, para manter um pensamento hegemônico, não bastaria apenas que essa classe dominante detivesse os bens materiais, também é preciso manter o monopólio discursivo. Portanto, o discurso da mulher no mundo produtivo, de forma mais amena, contribui para a manutenção da atribuição patriarcal da mulher no mundo doméstico, pois na mesma medida que incentiva a sua inclusão no ramo dos negócios, também mantém a sua “vocação natural” aos cuidados domésticos. Para a autora o discurso vem como a principal ferramenta para padronizar o que entende-se como “mulher de negócios”, onde ela é colocada como um ser com sexto sentido com a capacidade de atender às diversas demandas dentro e fora do seu lar, camuflando a exploração feminina com uma dupla/tripla jornada de trabalho ao ser repaginada como uma ideia de liberdade e autonomia, mas escondendo facetas que mantém as mesmas atribuições patriarcais históricas, promovendo uma nova exploração que gera adoecimento físico e psíquico nas mulheres.

É seguro afirmar que de fato o discurso tem um papel fundamental em levar o sujeito a acreditar naquilo que está sendo institucionalmente imposto como sendo “o certo” a ser seguido, visto que, ao falar sobre discurso, não refere-se meramente apenas àquilo que está

¹⁹ **Texto L** - A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino.

sendo exposto verbalmente, porque o que está sendo comunicado informa sobre relações de poder que expressam disputas entre mulheres e homens, homoafetivos e héteros, negros e brancos, etc. Portanto, disputar o discurso é disputar a hegemonia nas relações de poder. No entanto, a argumentação da autora confere centralidade ao discurso na produção da realidade e na disputa pela mudança nas relações de poder opressoras postas socialmente. No entanto, não é o discurso que muda a realidade, mas sim a práxis revolucionária, então, o discurso só tem potência para mudar, ou para reproduzir a realidade quando o domínio discursivo é precedido do domínio das condições de produção materiais da existência humana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou desvendar, por meio de sucessivas aproximações, como a produção teórica do serviço social aborda as mediações da questão social com o adoecimento mental. Os resultados demonstram as mediações da precarização do trabalho, da divisão sexual do trabalho e da mercantilização dos cuidados com o adoecimento mental. Também demonstrou que a relação do adoecimento mental com o social, às vezes, é problematizada por meio de teorias pós-modernas na produção científica da área.

A precarização do trabalho tem como um de seus principais determinantes a implementação da gestão flexível dos processos de trabalho. O modelo de gestão flexível intensificou os ritmos de trabalho por meio da flexibilização na remuneração que em alguns ramos passam a ser de acordo com produtividade do trabalhador. Essa flexibilização é acompanhada do desempenho de atividades desgastantes em alguns ramos como no trabalho dos cortadores de cana que vivenciam problemas respiratórios em decorrência da queima da cana que emite substâncias tóxicas que geram problemas de saúde que impossibilitam a continuidade da atividade laboral desses trabalhadores em razão do adoecimento no trabalho. Esses trabalhadores tendem a se sentir inúteis e a desenvolver sofrimento mental em um processo em que o adoecimento físico se desdobra em adoecimento mental. Nas universidades o excesso de trabalho dos docentes que também são avaliados pela quantidade produção científica produz um contexto no qual não há uma separação entre tempo privado e tempo no trabalho em um processo de sobrecarga de trabalho que também favorece o adoecimento mental desses trabalhadores. Também foi abordada a relação do neoliberalismo com a precarização dos assistentes sociais que trabalham em políticas públicas em um processo no qual o sentimento de impotência diante das demandas sociais apresentadas pelos usuários produz angústias e adoecimento mental desses trabalhadores.

A demanda dos empregadores é superexplorar os trabalhadores que por outro lado demandam salário para sobreviver em uma relação na qual desenvolvem uma naturalização do sofrimento no trabalho como um mecanismo de defesa o que também pode favorecer o adoecimento mental, pois apesar do sofrimento ocasionado pelas péssimas condições de trabalho, o trabalhador na tentativa de não perder aquilo que garante a sua subsistência, se mantém nesse cenário assumindo uma *performance* na sua execução profissional para atender às novas exigências do capital.

Também foram desenvolvidas a partir das análises teóricas as mediações da divisão sexual do trabalho com o adoecimento mental de mulheres com a mercantilização dos cuidados, onde evidenciou-se a manutenção da atribuição patriarcal dos cuidados familiares e domésticos ao gênero feminino, apesar de certos incentivos na sociedade contemporânea para a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, como no mundo dos negócios. Portanto, apesar de certos avanços, ainda se reproduz uma imagem da mulher como naturalmente sensível, cooperativa e flexível, reafirmando um papel social da mulher como a cuidadora da família e zeladora do lar. Por conseguinte, a mulher assume uma dupla ou tripla jornada de trabalho ao tentar atender outras demandas que vão além das tarefas domésticas e familiares, acarretando um desgaste físico e psíquico, frisando que essa atribuição imposta culturalmente à mulher contribuiu para que a mesma veja a sua condição de forma naturalizada, ao ponto de se sentir culpada ao não estar cumprindo o seu “papel como mulher”.

Além do marcador de gênero, a mercantilização do cuidado possui determinantes de classe e raça, como foi evidenciado através do viés da negação ao direito à maternidade da mulher negra, porque a mesma desde o período colonial teve a sua maternidade roubada ao dedicar-se na criação dos filhos do escravocrata, e pela sua condição de mercadoria humana, nem o filho gerado em seu ventre a pertencia, mas era mais uma mão de obra para o trabalho escravo. Apesar de já ter se passado longas décadas desde o período da escravidão, na sociedade contemporânea ainda prevalece vestígios da sociedade escravocrata, pois ainda nos deparamos com o perfil das empregadas domésticas que dedicam-se as atividades de reprodução em outros lares, deixando muitas vezes, seus filhos em segundo plano para conseguir desempenhar todas as tarefas que são demandas na casa dos seus empregadores.

Existem algumas produções teóricas que abordam a relação da questão social com o adoecimento a partir de teorias pós-modernas que abordam a cultura desvinculada da produção material para explicar o racismo e o machismo e também centram as análises da relação entre social e adoecimento mental por meio de teorias que tratam como categorias

centrais o poder, o discurso e as instituições, sem explicitar as mesmas a partir de suas vinculações com a produção material.

Com base no que foi exposto a partir das análises teóricas dos textos selecionados, é evidente com a nova morfologia do trabalho, a necessidade de ambientes de trabalho mais saudáveis, onde o sujeito não é visto como uma mera força produtiva, mas como um ser humano que tem limitações, não sendo este um ser genérico maquinário. Além disso, no que refere-se os efeitos nocivos tanto físicos como psicológicos da dupla jornada feminina, provocada pela sobrecarga da conciliação das responsabilidades profissionais e afazeres domésticos, é preciso que a insistência (ainda apoiada culturalmente) em uma condição feminina na sociedade baseada em uma atribuição patriarcal, seja continuamente questionada e problematizada, quebrando barreiras e padrões culturais adoecedores. E por fim, uma maior fundamentação da categoria profissional a partir do materialismo dialético marxiano para superar a abordagem ecletista.

REFERÊNCIAS

AREOSA, João Paulo de Sousa. Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 321-330, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/77288>. Acesso em: 03 jun. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BECK, Maurício. Forças produtivas e compleições corporais: do trabalho braçal ao trabalho confinado. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 667-673, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p667>. Acesso em: 03 jun. 2022.

CERUTTI, Priscila. O trabalho dos cuidadores de idosos na perspectiva da economia do care. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 393-403, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n2p393>. Acesso em: 30 maio 2022.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CRUZ, Sabrina Ângela França da Silva. Por que o trabalho na cana tem moído gente e espalhado bagaços?. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 674-686, set./dez. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p674>. Acesso em: 03 jun. 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula; HEDLER, Helga Cristina; ARAÚJO, Adelina. Precariedade e interdisciplinaridade no trabalho da Assistente Social na esfera pública. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 383-392, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n2p383> . Acesso em: 30 maio 2022.

HEDLER, Helga C. *et al.* Representação social do cuidado e do cuidador familiar do idoso. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 143-153, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/38683>. Acesso em: 23 maio 2022.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

OLIVEIRA, Cleyton da Silva. Neoliberalismo, sofrimento e indiferença. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 365-337, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/82611> . Acesso em: 06 jun. 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia. “O lixo vai falar, e numa boa”. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 301-309, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/77194>. Acesso em: 03 jun. 2022.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação**: Categoria fundamental para o trabalho do assistente social. São Paulo: Cortez, 1999.

QUEIRÓZ, Maria de Fátima Ferreira; EMILIANO, Laiany Lara. Ser docente no Século XXI: O trabalho em uma universidade pública brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 687-699, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p687>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SOUZA, Cristiane Gomes. A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 700-706, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p700>. Acesso em: 03 jun. 2022.

VASCONCELOS, Iane; LIMA, Rita de Lourdes. Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 364-373, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/78014>. Acesso em: 03 jun. 2022.